



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratações de empresas especializadas para executar adequações de áreas internas nos depósitos do almoxarifado e de urnas eletrônicas, para abrigar unidades administrativas e/ou operacionais. As adequações incluem a instalação de divisórias com portas e a execução de estrutura em *light steel frame* para a sustentação de forros modulares e luminárias, nos seguintes endereços:

- **ITEM 1:** Depósito de São José, localizado na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, 863, Área 2 – Unidade 45, Distrito Industrial, São José/SC; e
- **ITEM 2:** Depósito de Biguaçu, localizado na Rodovia SC-407, Km 2, n. 2800, Galpão 5, Bairro Beira Rio, Biguaçu/SC.

2. Fundamentação da Contratação

Estas contratações têm por objetivo realizar o fechamento de áreas administrativas e/ou operacionais nos depósitos recentemente locados pelo TRE-SC em São José/SC e em Biguaçu/SC.

A seleção dos materiais de construção e acabamento que compõem os serviços foi realizada com base em critérios de desempenho, durabilidade e manutenibilidade. Outro ponto considerado na escolha das soluções foi a priorização de elementos que permitam a montagem rápida e a seco, a modularidade, a manutenção simples e o desempenho funcional, utilizando-se materiais leves e padronizados, compatíveis entre si e adequados ao uso em depósitos.

Os serviços de adequação resultarão em ambientes fechados que possam isolar, ainda que de forma parcial, barulho e poeira, além de permitir a adequada climatização ambiental das áreas, de forma a proporcionar um ambiente de trabalho funcional, salubre e seguro aos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral.

3. Descrição da solução

A descrição detalhada dos serviços a serem executados está contemplada nos projetos anexos e neste Termo de Referência.

Todos os serviços serão realizados com fornecimento de material pela(s) Contratada(s). A relação dos materiais indicados na licitação, apresentada juntamente com a proposta, será de uso compulsório durante a execução dos serviços. A única hipótese aceitável de substituição de material será a indisponibilidade do material indicado no mercado, mediante comprovação.

Serão aceitos produtos similares aos indicados nos projetos. Não serão aceitos produtos de fabricantes que constem da listagem de empresas não-conformes no Programa Setorial da Qualidade, ligado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, do Ministério das Cidades.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Os Estudos Preliminares das presentes contratações encontram-se no PAE n. 15.657/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Relação de materiais que serão utilizados nos serviços de adequação dos depósitos do TRE-SC (Quadros 1 e 2).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 1 - Serviços de adequação no depósito do almoxarifado de São José/SC

Projeto	Materiais Indicados	Referências
Adequações Depósito	Divisórias navais e portas com miolo semioco de, no mínimo, 35 mm, revestidas em pintura à base d'água, com secagem ultravioleta; modulação 1.205 mm, com montantes NTR (montante simples) de aço galvanizado; painéis e perfis metálicos na cor branca; fechadura tipo alavanca na cor prata com dobradiças. Vidro comum de 4 mm de espessura.	Eucatex, Linha Divilux, modelo Eucaplac UV (padrão Branco Max).
	Fechadura externa tipo alavanca, compatível para portas de 30 a 40 mm de espessura, alta resistência e acabamento cromado brilhante.	Fechadura externa, modelo 515 ZCR, da marca La Fonte ou similar.
	Forro modular em PVC, modulação 625 x 1.250 mm, dimensões da placa 618x618 mm e 618x1.243 mm, espessura 10 mm, bordas retas (cantos arredondados), com perfil de suspensão tipo T invertido com 24 mm de base, cor branca, resistência ao fogo Classe II A (em atendimento à NBR 9442), acabamento formulado com resina de PVC e aditivos (NBR 14285:1999).	Forro Modular em PVC, marca Attuale ou similar.
	Estrutura em perfis de aço galvanizado para fixação do forro em <i>light steel frame</i> , com montantes de dimensões 90x0,95x6.000 mm, LE 230MPA / Z275G/m ² (com abas de reforço).	Montante código 297, da marca Espaço Smart ou similar.
Elétrico	Painéis em LED, formato quadrado (620x620x34 mm), temperatura de cor 4.100 K, potência 45 W, perfis na cor branca.	Painel Backlight LED embutir quadrado em alumínio, 45 W, 4.100 K, cor branca. Código 80474104-3, da Blumenau Iluminação ou similar.
	Eletrodutos rígidos ¾" e caixas de interruptores na cor branca.	Eletrodutos rígidos Classe A, da Wetzel ou similar.

Quadro 2 - Serviços de adequação no depósito de urnas de Biguaçu/SC

Projeto	Materiais Indicados	Referências
Adequações Depósito	Divisórias navais e portas com miolo semioco de, no mínimo, 35 mm, revestidas em pintura à base d'água, com secagem ultravioleta; modulação 1.205 mm, com montantes NTR (montante simples) de aço galvanizado; painéis e perfis metálicos na cor branca; fechadura tipo alavanca na cor prata com dobradiças. Vidro comum de 4 mm de espessura.	Eucatex, Linha Divilux, modelo Eucaplac UV (padrão Branco Max).
	Fechadura externa tipo alavanca, compatível para portas de 30 a 40 mm de espessura, alta resistência e acabamento cromado brilhante.	Fechadura externa, modelo 515 ZCR, da marca La Fonte ou similar.
	Forro modular em PVC, modulação 625 x 1.250 mm, dimensões da placa 618x618 mm e 618x1.243 mm, espessura 10 mm, bordas retas (cantos arredondados), com perfil de suspensão tipo T invertido com 24 mm de base, cor branca, resistência ao fogo Classe II A (em atendimento à NBR 9442), acabamento formulado com resina de PVC e aditivos (NBR 14285:1999).	Forro Modular em PVC, marca Attuale ou similar.
	Perfis de aço cartola ZAR 230 com revestimento Z275, 3 metros de comprimento e espessura de 0,80 mm.	Perfil código 25939, da marca Espaço Smart ou similar.
	Estrutura em perfis de aço galvanizado para fixação do forro em <i>light steel frame</i> , com montantes de dimensões 90x0,95x6.000 mm, LE 230MPA / Z275G/m ² (com abas de reforço).	Montante código 297, da marca Espaço Smart ou similar.
Elétrico	Painéis em LED, formato quadrado (620x620x34 mm), temperatura de cor 4.100 K, potência 45 W, perfis na cor branca.	Painel Backlight LED embutir quadrado em alumínio, 45 W, 4.100 K, cor branca. Código 80474104-3, da Blumenau Iluminação ou similar.
	Eletrodutos rígidos ¾" e caixas de interruptores na cor branca.	Eletrodutos rígidos Classe A, da Wetzel ou similar.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

OBSERVAÇÃO:

- no momento da licitação, a(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar as marca e as especificações completas dos produtos descritos nos Quadros 1 e 2, que serão utilizados na execução do(s) contrato(s);
- a(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação;
- os materiais indicados na licitação, apresentados juntamente com a proposta, serão de uso compulsório durante a execução dos serviços. A única hipótese aceitável de substituição de material será a indisponibilidade do material indicado no mercado, mediante comprovação;
- não serão aceitos produtos de fabricantes que constem da listagem de empresas não-conformes no Programa Setorial da Qualidade, ligado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, do Ministério das Cidades.

3.3. Códigos SIASG

Manutenção / reforma predial: 1627.

4. Requisitos da contratação

Deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1. Requisitos Funcionais

- adequação e segurança ao uso;
- qualidade dos materiais;
- perfeito funcionamento dos componentes utilizados;
- durabilidade e manutenibilidade dos produtos.

4.2. Requisitos Não-Funcionais

- padrão estético adequado ao ambiente institucional;
- conforto, saúde e bem-estar;
- segurança do imóvel e do patrimônio público.

4.3. Requisitos Externos

Devem ser atendidas todas as exigências normativas da ABNT e do Inmetro correlatas aos serviços contratados, além das normas abaixo relacionadas.

Quanto à qualidade dos materiais e execução dos serviços:

- ABNT NBR 9050:2020 versão corrigida 2021 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 5410:2004 versão corrigida 2008 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) IN 11/2024: Sistema de Iluminação de Emergência - SIE;
- Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) IN 21/2024: Símbolos Gráficos para Projeto de Prevenção e Segurança contra Incêndio e Pânico;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ABNT NBR 16820:2022 - Sistemas de sinalização de emergência - Projeto, requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013 - Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior;
- ABNT NBR IEC 62722-2-1:2016 - Desempenho de luminárias - Parte 2-1: Requisitos particulares para luminárias LED;
- ABNT NBR IEC 62031:2022 - Módulos de LED para iluminação em geral - Especificações de segurança;
- ABNT NBR IEC 62504:2021 - Iluminação geral - LED e módulos de LED - Termos e definições;
- ABNT NBR 15930-4:2022 – Portas de madeira para edificações. Parte 4: Instalação e manutenção;
- ABNT NBR 11675:2016 - Divisórias leves internas moduladas - Verificação da resistência aos impactos;
- ABNT NBR 15575 – Edificações habitacionais – Desempenho (estabelece requisitos de segurança, estanqueidade, durabilidade e desempenho acústico/térmico que também se aplicam a divisórias);
- ABNT NBR 15758:2025 – Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall – projeto, desempenho, procedimentos executivos para montagem e manutenção de paredes, forros e revestimentos;
- ABNT NBR 15253:2014 – Perfis de aço formados a frio, com revestimento metálico, para painéis estruturais reticulados em edificações - Requisitos gerais;
- ABNT NBR 15217:2025 – Perfilados de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 14762:2010 – Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio;
- ABNT NBR 6355:2012 – Perfis estruturais de aço formados a frio – padronização;
- ABNT NBR 10443:2023 - Pintura industrial — Determinação da espessura da película seca sobre superfícies metálicas ferrosas e não ferrosas;
- ABNT NBR 11003:2023 – Pintura industrial — Determinação da aderência pelos métodos de corte na pintura;
- ABNT NBR 17170:2022 – Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes;
- NBR 15575-1:2021 – Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais.

Quanto à segurança durante a execução dos serviços:

- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual;
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- ABNT NBR 7678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção.

Quanto à sustentabilidade:

- Lei n. 11.762, de 19.08.2008, que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências;
- Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Resolução Conama n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. Conama n. 307/2002;
- Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, Ministério das Cidades.

Quanto à gestão de reformas:

- NBR 16280:2024 – Reforma em edificações: Sistema de gestão de reformas – Requisitos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4.4. Requisitos Técnicos

O detalhamento dos requisitos técnicos dos materiais e serviços estará disponibilizado nos projetos e no Termo de Referência.

- **acompanhamento por profissional habilitado:** engenheiro civil ou arquiteto, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, para serviços relacionados aos projetos arquitetônico e de instalações elétricas. Pretende-se que as execuções dos serviços sejam realizadas dentro dos requisitos das normas técnicas vigentes para a garantia da qualidade e durabilidade;
- **comprovação das referências dos produtos que serão utilizados:** a utilização de materiais com as especificações mínimas tem por objetivo manter a qualidade dos projetos esperada e assegurar que as ofertas sejam de padrão igual ou superior às especificadas;
- **comprovação de licença de funcionamento das empresas responsáveis pelo transporte e destinação final dos resíduos, bem como autorização emitida pela municipalidade do local para a disposição dos resíduos:** objetiva-se que o transporte e o descarte dos materiais sejam executados em atendimento às normas ambientais vigentes;
- **comprovação de capacidade técnica através de atestados:** um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor dos proponentes, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividades compatíveis com o objeto do Termo de Referência – montagem de estruturas em *light steel frame*; execução de divisórias navais; execução de forro modular;
- considerando a estrutura mínima de profissionais e equipamentos demandados para as contratações, os objetos são incompatíveis com a natureza profissional de pessoa física.

4.5. Requisitos de Garantia

- garantia mínima de 5 (cinco) anos pela solidez e segurança da estrutura de forros e divisórias, tanto nos materiais quanto na execução;
- garantia de 2 (anos) para os sistemas elétricos e de iluminação;
- esses prazos serão contados a partir das assinaturas dos Termos de Recebimento Definitivo dos serviços objetos dos contratos.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

- a) em até 10 (dez) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC: apresentar os documentos relacionados no subitem 5.8.2;
- b) aprovados os documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA): iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias; nesse ínterim, será realizada reunião de alinhamento com a SEEA;
- c) prazos de execução:
 - c.1) ITEM 1 (São José/SC) em até 3 (três) semanas do início efetivo: executar os serviços conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e documentos anexos;
 - c.2) ITEM 2 (Biguaçu/SC) em até 5 (cinco) semanas do início efetivo: executar os serviços conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e documentos anexos;
- d) em até 10 (dez) dias úteis: refazer serviços, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A critério da Administração, podem ser suspensos os trabalhos em caso de impossibilidade da execução dos serviços, face aos prazos eleitorais e/ou administrativos.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

- ITEM 1: Depósito de São José, localizado na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, 863, Área 2 – Unidade 45, Distrito Industrial, São José/SC;
- ITEM 2: Depósito de Biguaçu, localizado na Rodovia SC-407, Km 2, n. 2800, Galpão 5, Bairro Beira Rio, Biguaçu/SC.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 10 (dez) dias, após a comunicação da Contratada sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme art. 140, inciso I, “a”, da Lei n. 14.133/2021.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a Contratada terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O recebimento definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, em conformidade com o art. 140, inc. I, “b”, da Lei n. 14.133/2021, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da Contratada sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no art. 119 do mencionado diploma legal.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo de cada etapa do objeto.

5.5. Garantia do objeto

A Contratada deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos pela solidez e segurança da estrutura de forros e divisórias, tanto nos materiais quanto na execução, e de 2 (dois) anos para os sistemas elétricos e de iluminação.

Esses prazos de garantia foram definidos com base na NBR 17170:2022 (Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes) e NBR 15.575-1:2021 (Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais), legislação vigente e análise de condições de exposição e uso.

É obrigação da Contratada a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei n. 14.133/2021 e art. 12 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto pela unidade responsável.

5.7. Obrigações do Contratante

- 5.7.1. autorizar o início dos serviços;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.7.2. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa Contratada, a partir da aprovação pelo Contratante;
- 5.7.3. promover a gestão da contratação por meio da equipe designada no subitem 6.2, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021;
- 5.7.4. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;
- 5.7.5. emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais;
- 5.7.6. exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. apresentar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC (SEEA) os documentos abaixo relacionados em até 10 (dez) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:
 - 5.8.2.1. declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado;
 - 5.8.2.2. visto do Crea de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a legislação pertinente;
 - 5.8.2.3. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, devidamente registrado(a) no Crea-SC ou CAU-SC, de execução dos serviços contratados;
 - 5.8.2.4. relação dos profissionais que atuarão no local dos serviços, com a comprovação de experiência por meio de Carteira de Trabalho e Atestado de Saúde Ocupacional;
 - 5.8.2.5. comprovações de habilitação para trabalho em altura conforme a NR-35, para os funcionários que trabalharão em alturas maiores que 2 metros;
 - 5.8.2.6. comprovação de licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação de resíduos, bem como autorização emitida pela municipalidade local para a disposição destes resíduos;
 - 5.8.2.7. participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEEA no local onde serão realizados os serviços;
 - 5.8.2.8. providenciar placa de obra que deverá ser afixada em local visível, de acordo com as exigências do CREA-SC ou CAU-SC, respeitando rigorosamente as referências cromáticas convencionais do TRE-SC.
- 5.8.3. iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias, contados da aprovação, pela SEEA, dos documentos e disposições relacionados no subitem 5.8.2;
- 5.8.4. executar os serviços nos prazos máximos de 3 (três) semanas para o ITEM 1 e de 5 (cinco) semanas para o ITEM 2, contados do efetivo início dos serviços pela(s) empresa(s) contratada(s), conforme estabelecido no subitem 5.1;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.4.1. os serviços deverão ocorrer, preferencialmente, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 7 às 17 horas, ou, excepcionalmente, em dias não úteis, mediante autorização e acompanhamento do gestor do contrato;
- 5.8.4.2. todos os serviços deverão ser agendados com antecedência, especialmente os que causem interrupção do fornecimento de energia elétrica;
- 5.8.4.3. os trabalhos que resultem em odores, ruídos, impeçam o fluxo de pessoas, carga e descarga de materiais, que possam colocar em risco a segurança ou causar transtornos aos usuários devem ser executados fora do horário de expediente externo do TRE-SC, que é das 12 às 19 horas, mediante prévia autorização do gestor do contrato;
- 5.8.4.4. fornecer antecipadamente ao gestor, mantendo atualizada, relação nominal de todos os funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de CPF;
- 5.8.5. todas as medidas e cotas apresentadas nos projetos são indicativas, devendo ser confirmadas nos locais;
- 5.8.6. refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;
 - 5.8.6.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista neste Termo de Referência;
 - 5.8.6.2. correrão à conta da Contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 5.8.7. fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços;
- 5.8.8. assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços;
- 5.8.9. empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento;
- 5.8.10. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;
- 5.8.11. executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, Inmetro e demais legislações vigentes;
- 5.8.12. executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;
- 5.8.13. reportar ao Contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades;
- 5.8.14. recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

dos resíduos da construção civil e Resolução Conama n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. Conama n. 307/2002;

5.8.15. responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;

5.8.16. serviços subcontratados de terceiros, no todo ou em parte, devem ser previamente aprovados pelo TRE-SC;

5.8.17. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados;

5.8.18. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se origine e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecidas;

5.8.19. manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.8.20. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

5.8.21. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização ou acompanhamento efetuado pelo Contratante exclua ou reduza essa responsabilidade;

5.8.22. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestem serviços nas dependências onde os serviços serão executados;

5.8.23. proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável;

5.8.24. assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados;

5.8.25. proceder, sempre que necessário, à remoção e ao transporte dos móveis, materiais e equipamentos dos ambientes afetados pela execução dos serviços, bem como, ao final dos serviços, o retorno aos locais adequados;

5.8.26. responsabilizar-se por toda a sinalização, incluindo placas, cavaletes e faixas, de forma a garantir uma eficiente divulgação dos transtornos e perigos dos serviços. A sinalização deverá indicar eventuais áreas de trânsito alternativo.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Os responsáveis técnicos pela execução dos serviços devem comprovar sua qualificação profissional mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), se engenheiro(a) civil ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), se arquiteto(a).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica, administrativa e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa e com a setorial;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica e com a setorial;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.4. Caberá à fiscalização setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam os subitens 6.1.2 e 6.1.3.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Coordenadoria de Infraestrutura
Fiscal técnico	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscais Setoriais	Seção de Almoxarifado Seção de Administração de Urnas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, ou, na sua ausência, do seu substituto.

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI/SIS/TRE-SC, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.ius.br.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Preliminarmente à emissão da fatura, a Contratada encaminhará a medição dos serviços realizados à Fiscalização, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a Fiscalização realizará a conferência e autorizará o faturamento.

As Notas Fiscais serão emitidas e entregues ao gestor do contrato após autorização de faturamento, e devem conter a discriminação e os quantitativos dos materiais instalados e serviços realizados. Devem, ainda, estar acompanhadas de documentação comprobatória do último recolhimento dos encargos sociais efetuados pela Contratada, com a relação nominal dos empregados beneficiários e a certidão negativa de débitos trabalhistas emitida na data da emissão da Nota Fiscal do respectivo pagamento.

O gestor do contrato somente atestará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuadas.

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice Nacional de Custo da Construção - INCC publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação será global, por item, de forma a viabilizar o melhor gerenciamento da execução contratual e as condições dos serviços durante o prazo de garantia.

9.2. Seleção do fornecedor

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no subitem 3.4 do Estudo Técnico Preliminar.

A seleção do fornecedor dar-se-á pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes classificados e habilitados.

O(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar deve(m) indicar a marca e a especificação completa dos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

produtos mostrados nos Quadros 1 e 2 do subitem 3.2 deste Termo de Referência, que serão utilizados na execução do contrato.

Deve ser indicada apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, será exigido:

- a) declaração de disponibilidade dos profissionais responsáveis técnicos – engenheiro(a) civil ou arquiteto(a), devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes e detentores de documentos que comprovem a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes para fins desta contratação;
- b) um ou mais atestados de capacidade técnica, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste Termo de Referência (montagem de estruturas em *steelframe*; execução de divisórias navais; execução de forro modular);
- c) registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;
- d) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto à Seção de Engenharia e Arquitetura, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.ius.br ou telefone (48) 3251-3364.

Os profissionais indicados pelo licitante na forma da alínea “a” devem participar dos serviços objetos destas licitações, e serão admitidas suas substituições por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovados pela Administração.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, será exigido:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

Os objetos pretendidos são serviços comuns, oferecidos por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

10. Estimativas do valor da contratação

Os orçamentos estimados para cada item, com base nas Planilhas de Orçamento Geral elaboradas pela SEEA, anexas ao Termo de Referência, estão discriminados no Quadro abaixo.

ITEM	DEPÓSITOS	VALORES ESTIMADOS (R\$)
1	São José/SC	R\$ 30.630,45
2	Biguaçu/SC	R\$ 136.909,69
Valor Total Estimado		R\$ 167.540,14

11. Alinhamento .da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I.

Item 24: Manutenção Predial.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Estas contratações estão alinhadas ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, pois abrangem a utilização de requisitos técnicos de construção sustentável na escolha de materiais e a exigência da destinação correta dos resíduos de construção e demolição, de acordo com as diretrizes do Conama.

Os serviços prestados pela(s) Contratada(s) devem pautar-se sempre pelo uso racional de recursos físicos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos, assim como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição baseiam-se em alguns pressupostos e exigências, a serem observados:

- substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza e conservação;
- descarte em conformidade com as legislações ambiental e sanitárias vigentes.

A(s) empresa(s) contratada(s) devem conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a mitigação e redução de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$167.540,14
Total		R\$167.540,14



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do objeto;
- c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.